



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira
e Controle

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PAFC 2021



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira
e Controle

Em atenção ao disposto no art. 1º da Resolução da Câmara dos Deputados nº 25/2017, que alterou o art. 32, inciso XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados instituindo o Plano Anual de Controle Interno – PAFC, e o Relatório Anual de Fiscalização e Controle – RAFC, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, apresenta a proposta de PAFC para o ano de 2021.

A iniciativa constitui esforço de planejamento e otimização dos trabalhos da CFFC no desempenho das atividades de sua competência previstas no art. 32, incisos XI, alíneas b), g) e h), no apoio ao controle externo da administração pública, do qual o Congresso Nacional é o titular por prerrogativa constitucional (arts. 70 a 75 da CF/88).

A presente propositura resulta de trabalho da Secretaria da CFFC, sob supervisão de seu Presidente, baseado em avaliações técnicas e em consultas às áreas temáticas do Tribunal de Contas da União – TCU, nos termos do Anexo da Resolução 25/2017.

Neste ano, tendo em vista a pandemia que aflige nosso país, o plano propõe a realização de onze audiências públicas, das quais três com convite a Ministro de Estado, e duas propostas de fiscalização financeira com auxílio do TCU. Os temas oferecidos para as audiências públicas e propostas de fiscalização financeira estão a seguir apresentados de forma resumida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira
e Controle

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PAFC 2021

ÁREA / OBJETO	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	JUSTIFICATIVA
SAÚDE FIOCRUZ	1. Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de debater as ações empreendidas pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz para combate à pandemia.	A Fundação Oswaldo Cruz é instituição centenária e pioneira na produção de vacinas e soros de aplicação massiva na população. A oitiva da Fiocruz em audiência pública trará a público as ações daquela fundação sobre campanhas de divulgação à sociedade, produção de imunizantes, cronogramas de entrega e futuras vacinas contra a Covid-19, oferecendo informações valiosas e atualizadas aos deputados membros da comissão, e à sociedade em geral.
SAÚDE INSTITUTO BUTANTAN	2. Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de debater com os gestores do instituto as ações empreendidas pelo Instituto Butantan para combate à pandemia.	O Instituto é uma instituição consolidada no fornecimento de imunobiológicos ao Ministério da Saúde, oferecendo no momento uma vacina com aplicação imediata no combate à pandemia. Os técnicos do instituto podem oferecer informações relevantes sobre o estágio atual de produção e distribuição das vacinas, a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira
e Controle

		pesquisa de novas vacinas e soros para o combate à Covid-19.
SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	3. Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de debater com os técnicos do TCU as ações no âmbito do Ministério da Saúde empreendidas por aquele órgão de controle no acompanhamento do combate à pandemia.	O Tribunal de Contas da União – TCU é entidade de controle com rol de competências previsto na CF88. A Corte de Contas vem acompanhando as ações na temática da saúde, produzindo informações relevantes na área da governança, ações de vigilância em saúde e distribuição de vacinas.
SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	4. Requerimento de Proposta de Fiscalização e Controle com o objetivo de acompanhar as ações a serem empreendidas pelo Ministério da Saúde no combate à pandemia, com auxílio do TCU.	A pandemia que assola nosso país atinge níveis muito preocupantes. É necessário o acompanhamento por parte da CFFC, com o auxílio do TCU, das ações em curso e planejadas para o combate à Covid-19 pelo Ministério da Saúde.
SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	5. Requerimento de Audiência Pública com os técnicos do TCU com o objetivo de conhecer e debater as ações empreendidas por aquele órgão de controle no acompanhamento da concessão do auxílio emergencial criado para proporcionar uma renda mínima aos trabalhadores durante a pandemia.	O auxílio emergencial criado pela Lei 13.982/2020 ofereceu um suporte financeiro e econômico aos cidadãos privados da atividade laboral pela pandemia. Entretanto, há notícias de cidadãos incluídos e excluídos do benefício de forma indevida, bem como de cadastro incompleto de beneficiários, e recuperação parcial de pagamentos a quem não tinha direito.
SAÚDE	6. Requerimento de Audiência Pública , com convite ao Ministro da	O auxílio emergencial criado pela Lei 13.982/2020 ofereceu um suporte financeiro e



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira
e Controle

CONTROLA- DORIA GERAL DA UNIÃO	Controladoria Geral da União com o objetivo de conhecer e debater as ações empreendidas por aquele órgão de controle no acompanhamento da concessão do auxílio emergencial criado para proporcionar uma renda mínima aos trabalhadores durante a pandemia.	econômico aos cidadãos privados da atividade laboral pela pandemia. Entretanto, há notícias de cidadãos incluídos e excluídos do benefício de forma indevida, bem como de cadastro incompleto de beneficiários, e recuperação parcial de pagamentos a quem não tinha direito.
SAÚDE MINISTÉRIO DA CIDADANIA	7. Requerimento de Audiência Pública com convite ao Ministro da Cidadania para prestar esclarecimentos sobre o auxílio emergencial nos anos de 2020 e 2021.	O Ministério da Cidadania é o órgão de governo responsável pela operacionalização do auxílio emergencial. O auxílio executado no ano de 2020 recebeu elogios e críticas, enquanto no ano de 2021, cuja distribuição se inicia, já é criticado pelo valores inferiores ao ano passado.
SAÚDE MINISTÉRIO DA SAÚDE	8. Requerimento de Audiência Pública com convite ao Ministro da Saúde, para prestar esclarecimentos sobre a situação das vacinas, disposição de leitos e o planejamento para contenção da crise provocada pela Covid-19.	O Ministério da Saúde é o órgão de governo diretamente responsável pelas ações de política pública orientadas para o combate à pandemia. Os esclarecimentos do senhor ministro são indispensáveis e oportunos para esclarecer os membros da comissão, demais parlamentares e a sociedade sobre as ações em andamento e futuras a serem implementadas.
TELECOMU- NICAÇÕES	9. Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de debater com os técnicos da Corte de Contas e da Agência	A pandemia estabeleceu níveis de acesso à internet inéditos no país, com crescente demanda para trabalho, estudo e mesmo interação social. No entanto,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira
e Controle

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO ANATEL	Nacional de Telecomunicações as ações empreendidas pelo Governo Federal no campo da qualidade da internet e na inclusão digital da população brasileira.	notícias veiculadas na mídia dão conta que há parcela da população à margem do acesso digital e outra parcela com acesso à internet sofre com a qualidade baixa do sinal. Ao mesmo tempo, site da Anatel informa uma arrecadação média anual do Fust entre 2018 e 2020 próxima a um bilhão de reais. O debate entre o TCU e a Anatel vai oferecer informações aos senhores deputados, e à sociedade em geral, sobre o estado atual do acesso à internet no país.
TELECOMUNICAÇÕES TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	10. Requerimento de Proposta de Fiscalização e Controle com o objetivo de acompanhar as ações, com o auxílio do TCU, a serem empreendidas pela ANATEL e Ministério das Comunicações no campo da qualidade da internet e na inclusão digital da população brasileira.	A pandemia estabeleceu níveis de acesso à internet inéditos no país, revelando que parcela da população está à margem do acesso digital e que muitos dos que tem acesso sofrem com a qualidade do sinal. É necessário o acompanhamento por parte da CFFC, com o auxílio do TCU, das ações em curso e planejadas para extensão e melhoria dos serviços oferecidos pelos órgãos governamentais.
LOGÍSTICA NA PANDEMIA EXÉRCITO BRASILEIRO MARINHA DO BRASIL	11. Requerimento de Audiência Pública com as forças armadas do país, com o objetivo de debater as ações de cada força no combate à Covid-19, em especial na logística e no apoio ao acesso da	A atuação das forças armadas em apoio ao combate à Covid-19, ainda que seja missão de paz, é indispensável à população, haja visto o grande conhecimento que possuem do país, desde as áreas urbanas até o mais longínquo pedaço de Brasil. Audiência pública vai



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira
e Controle

FORÇA AÉREA BRASILEIRA	população à assistência médica.	trazer subsídios para os senhores parlamentares e à sociedade em geral para o debate e para o planejamento em ações futuras.
SAÚDE AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	12. Requerimento de Audiência Pública com a ANVISA para debater as ações e protocolos que regem as análises das vacinas e medicamentos a serem aplicados na população brasileira, bem como os processos em andamento e ações de planejamento que visam o combate à Covid-19.	A ANVISA é autarquia responsável pelo controle sanitário no país, presente em todo território nacional por meio das coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegários. Tem oferecido auxílio indispensável no processo de autorização de novos medicamentos e vacinas para uso em nossa população, podendo oferecer informações relevantes para o debate com os senhores deputados e a sociedade em geral.
PETROBRÁS TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	13. Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de conhecer as ações de controle daquela Corte de Contas para acompanhar a execução da política de preços efetivada pela Petrobrás e seus reflexos nos preços dos combustíveis para o consumidor final.	A Petrobrás é empresa controlada pelo Governo Federal com atuação decisiva no preço final dos combustíveis. Nos últimos anos, tem-se verificado uma variação positiva relevante e imprevisível nos preços ao consumidor, tornando o custo cada vez mais pesado para o cidadão.

Deputado Áureo Ribeiro
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Presidente